



Por 55 votos a 22, Senado decide afastar e julgar Dilma

Em sessão que se estendeu por mais de 20 horas, senadores se revezaram na tribuna para justificar voto

O Senado decidiu que há indícios suficientes para que a presidente Dilma Rousseff seja julgada pela acusação de crime de responsabilidade. A abertura do processo de impeachment foi aprovada na manhã de hoje pelo Plenário. Assim, Dilma é afastada temporariamente do cargo e seu vice, Michel Temer, se torna presidente em exercício pelo período máximo de 180 dias, até que o Senado julgue se Dilma deve ou não perder definitivamente o mandato. **3**



Beto Barreto/Agência Senado



Jonas Pereira/Agência Senado

Senadores participam da sessão em que decidiram iniciar o julgamento da presidente Dilma, acusada de crime de responsabilidade; placar apontou 55 votos favoráveis à abertura do processo e 22 contrários

Governo e oposição debatem legitimidade do processo

Cada um dos 71 senadores que subiram à tribuna na sessão iniciada na manhã de ontem teve direito a 15 minutos de discurso. As divergências entre governo e oposição sobre a legitimidade do processo, que marcaram as discussões na

Comissão do Impeachment, voltaram a ser expostas em Plenário.

Os governistas entendem que não há motivos que justifiquem a denúncia contra Dilma Rousseff e receiam que o futuro governo de Michel Temer com-

prometa conquistas sociais. Já a oposição diz que a presidente cometeu, sim, crime de responsabilidade e que Temer tem legitimidade para governar. Houve também quem defendesse a antecipação das eleições para superar a crise. **2 a 8**



Enquanto os senadores da oposição comemoram o resultado da votação, os governistas lamentam a decisão de iniciar o julgamento da presidente Dilma Rousseff



Fotos: Beto Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

"O momento impõe serenidade a todos", afirma o senador

Renan destaca equilíbrio e responsabilidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reiterou o compromisso com a isenção. Em discurso antes da votação, defendeu a revisão do sistema de governo e uma reforma política para evitar a fragmentação partidária, que, para ele, é fator de crises. **8**



Marcos Oliveira/Agência Senado

É cristalino que existem indícios, afirma Anastasia

Logo depois dos pronunciamentos dos senadores, Antonio Anastasia resumiu os argumentos de seu relatório na Comissão do Impeachment. Considerou cristalina a existência de indícios e dos aspectos formais que justifiquem o processo contra Dilma, mesmo que ainda não sejam suficientes para condená-la. **4**

Anastasia ressaltou que a fase de julgar as denúncias começa agora

Cardozo chama a decisão de injustiça histórica

Em seguida às considerações de Antonio Anastasia, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, subiu à tribuna e afirmou que as acusações contra a presidente Dilma Rousseff não têm fundamento. De acordo com ele, Dilma é inocente e o processo se iniciou por vingança do deputado Eduardo Cunha. **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

José Eduardo Cardozo faz a defesa de Dilma Rousseff antes da votação

Pauta do Congresso agora deve incluir reforma política **7**

Comunicação da Casa noticia sessão em tempo real **2**

Transparência gerada pela comunicação tem destaque

Crescimento de quatro vezes nas visualizações do portal Agência Senado, além de números obtidos pela Casa nas mídias sociais e na retransmissão da Rádio e da TV, foram ressaltados por Renan Calheiros

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que “os olhos e ouvidos da sociedade estão voltados para o Senado Federal” graças à transparência proporcionada pelo sistema de comunicação da Casa. Ele se referiu à busca de informações sobre a votação de admissibilidade do processo de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff. De acordo com Renan, tudo está sendo provido aos cidadãos sem custo adicional ou impacto no orçamento do Senado.

Durante comunicado em Plenário, ele destacou que a TV Senado iniciou ontem, em caráter experimental, as transmissões do canal aberto digital em Maceió. Também informou que até o fim de maio deverão começar as transmissões em Aracaju.

O senador citou resultados alcançados ontem, como o crescimento de quatro vezes nas visualizações do portal Agência Senado em relação a um dia usual de votações. Ele apontou dados de outras mídias, como a retransmissão

dos sinais da TV e da Rádio Senado por emissoras no país e no mundo. Ressaltou resultados obtidos nas redes sociais.

— No Twitter, o Senado figura como o assunto mais citado do dia. No canal da TV Senado no YouTube em tempo real, a transmissão bateu todos os recordes de audiência, atingindo no início dessa tarde [ontem] um pico de quase 62 mil visualizações simultâneas, um público 14 vezes maior do que no mesmo período do ano passado. No Facebook, somente hoje



Virgínia Mello/Agência Senado

“Olhos e ouvidos da sociedade estão voltados para o Senado”, diz Renan

[ontem] 1,2 milhão pessoas leram as postagens do Senado.

Segundo Renan, as fotos da sessão disponibilizadas pela Agência Senado tiveram número recorde de acessos, ultrapassando 99 mil visualizações até o início da tarde de ontem e estão sendo reproduzidas em

sites e agências de notícias do Brasil e do mundo.

Quanto aos pedidos de credenciamento de profissionais de comunicação, Renan anunciou que, desde 18 de abril, o Senado recebeu 613 novas solicitações, somando 1,3 mil credenciados.

Há provas para abrir processo, diz Ana Amélia

“Há, sim, enquadramento típico e lastro de provas suficientes para admissibilidade do processo de impeachment”, na opinião de Ana Amélia (PP-RS).

A senadora disse que o processo é importante inclusive para que Dilma possa se defender com todas as garantias previstas na Constituição e asseguradas pelo Supremo Tribunal Federal, pois os fatos imputados contra ela são graves.



Genaldino Mangel/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Medeiros elogia condução do rito pelo Senado

Os decretos para abertura de crédito suplementar e as pedaladas fiscais, bases da denúncia contra a presidente da República, Dilma Rousseff, justificam a aprovação do impeachment pelo Senado, na avaliação de José Medeiros (PSD-MT).

— Esta Casa cumpriu todos os requisitos. Deixamos claro para a nação que o processo foi bem conduzido. Votarei pelo afastamento — declarou.

Para Aloysio, Temer não vai decepcionar o país

Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o relatório aprovado na Comissão do Impeachment foi muito preciso ao demonstrar que a presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. Segundo o senador, a sociedade brasileira não aceita mais Dilma e não vai ser mais passiva como antes. Disse ainda que tem certeza que Michel Temer vai assumir a Presidência e não decepcionará o país.



Jane de Araújo/Agência Senado



Genaldino Mangel/Agência Senado

Marta: “Estamos escolhendo a esperança”

Marta Suplicy (PMDB-SP) disse estar convencida de que há indícios suficientes de que a presidente Dilma cometeu crime de responsabilidade. Ela afirmou que vai votar a favor do relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Para a senadora, o momento é de recuperação e de lutar por uma reintegração da sociedade num projeto nacional que traga um novo horizonte de esperança.

Ataídes aponta improbidade administrativa

“Os crimes de responsabilidade identificados no relatório da Comissão do Impeachment são até insignificantes diante da quantidade e magnitude de outras práticas criminosas que o PT praticou no poder”, disse Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ele considerou vários fatos como improbidade administrativa, entre eles a compra da refinaria de Pasadena, a recessão econômica e a alta classificação de risco do país.



Genaldino Mangel/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Caiado ressalta prejuízos a empresas públicas

O impeachment, segundo Ronaldo Caiado (DEM-GO), é uma tentativa de por fim à gestão de um governo que traz “forte retração econômica e prejuízos gigantescos” para empresas estatais. A dívida atual da Petrobras beira os R\$ 500 bilhões e a da Eletrobras se aproxima de R\$ 50 bilhões, disse.

O senador ainda afirmou que as pedaladas e a irresponsabilidade fiscal da atual gestão estão na raiz da crise do país.

Perrella: com parlamentarismo, não haveria crise

Zeze Perrella (PTB-MG) afirmou que votará pela admissibilidade do impeachment e disse que o Brasil não estaria passando por esta crise se fosse governado sob regime parlamentarista.

— Os motivos para o impeachment não são só as pedaladas fiscais. O povo foi para a rua contra a roubalheira que os partidos fizeram.

Para Perrella, Dilma “deixou uma quadrilha assaltar o nosso país”.



Pedro Franco/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Lúcia Vânia vê “razões de sobra” para investigação

Lúcia Vânia (PSB-GO) declarou no Plenário voto pela admissibilidade do pedido de impeachment e afirmou que há “razões de sobra” para investigar a fundo indícios apontados pelo relator da Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG), e buscar a responsabilidade de Dilma.

— Há indícios de irregularidades que podem ameaçar a estabilidade fiscal e monetária do país.

Malta adverte que situação pede solução extrema

Dar seguimento ao processo de impeachment não gera satisfação nem alegria, mas é uma escolha necessária, disse Magno Malta (PR-ES). Para ele, além dos crimes de responsabilidade, o “conjunto da obra” contribuiu para que o país chegasse a uma situação que exige solução extrema.

— A lógica é: se amputarmos a perna, salvaremos o corpo; se não, comprometeremos todo o corpo.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Pedro Franco/Agência Senado

Romário: “É hora de unir forças e superar a crise”

Integrante da Comissão Especial do Impeachment, Romário (PSB-RJ) disse que há, sim, indícios de crime de responsabilidade praticado pela presidente Dilma. Para ele, a admissibilidade do processo permitirá que os senadores aprofundem a investigação.

Segundo o senador, o momento é de unir forças para superar a crise sem causar um prejuízo maior para a população.

Ferraço afirma que governo mascarou contas

A eleição não é um “cheque em branco” que permita ao governante escolhido se colocar acima das leis. A afirmação é de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ao justificar voto pelo prosseguimento do processo de impeachment.

— O governo mascarou a real situação das contas públicas de todas as formas. Não foi um ato isolado. Foram vários. Tudo para lhe garantir a reeleição.



Jefferson Ruy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PRESIDÊNCIA Reunião

16h Renan Calheiros encontra Ricardo Lewandowski, Antonio Anastasia e Raimundo Lira.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Presidente se afasta do cargo por prazo máximo de 180 dias, período em que os senadores concluirão o processo e decidirão se ela de fato cometeu crime de responsabilidade

Senado abre processo contra Dilma Rousseff

POR 55 VOTOS favoráveis contra 22 contrários, o Senado decidiu na manhã de hoje, às 6h34, abrir processo de impeachment contra a presidente da República, Dilma Rousseff, por entender que existem indícios suficientes de que ela cometeu crime de responsabilidade, infringindo a Constituição federal e a Lei 1.079/1950.

Assim, Dilma se afasta do cargo por um prazo máximo de 180 dias. Durante esse período, os senadores concluirão esse processo e decidirão se efetivamente a presidente cometeu crime de responsabilidade.

O vice-presidente da República, Michel Temer, deve assumir ainda hoje a Presidência da República.

Dilma Rousseff manterá alguns direitos, como residência no Palácio da Alvorada, salário integral e uma equipe de funcionários para auxiliá-la.

Encerrada a votação, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou uma reunião da Comissão Diretora para as 16h de hoje, à qual comparecerá o presidente do Supremo Tribunal Federal

(STF), Ricardo Lewandowski, para conduzir o processo que se inicia.

Sessão

Durou 20 horas e 34 minutos a sessão deliberativa extraordinária que resultou na admissibilidade do processo de impeachment.

Abrindo os trabalhos às 10h de ontem, Renan Calheiros pediu “serenidade e espírito público” do Plenário, lembrando que esse era um momento histórico.

— Tentem deixar de lado disputas regionais ou partidárias. Evitem votar movidos por passionalidades oriundas dos momentos pretéritos ou presentes. A questão que se coloca é uma só: existem indícios de cometimento de crime de responsabilidade pela senhora presidente da República no ano de 2015 que justifiquem abertura de processo com seu consequente afastamento?

Cada senador teve até 15 minutos para usar a tribuna. A maioria usou esse tempo para justificar o voto.

Relator do parecer na Comissão Especial do Impeachment, Antonio Anastasia (PSDB-MG) explicou que o



Na sessão, que durou mais de 20 horas, 71 senadores discursaram e apresentaram suas considerações sobre o processo

processo de impedimento do governante não decorre de crime natureza penal.

— Os crimes comuns estão na órbita do direito penal. Os crimes de responsabilidade estão na ordem jurídico-administrativa — afirmou ele.

Juiz constitucional

Anastasia citou ministros do STF para embasar o entendimento de que o impeachment não é da competência do Judiciário, mas do Legislativo, sendo o juiz constitucional desse processo no Senado.

O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, também teve 15 minutos para defender a presidente e argumentou que a acusação não se ampara em fatos consistentes com crime de responsabilidade.

— Desafio qualquer um a ler o relatório do senador Antonio Anastasia e ver onde está demonstrada a relação de causa e efeito entre decreto e rompimento de meta fiscal. Não há — disse o ministro.

Ele sustentou que foi a queda de receita que sinalizou que

a meta fiscal não poderia ser atendida pelo governo. E sublinhou que, se for consumado o processo de impeachment, “haverá um golpe que manchará a nossa história”.

Antes de abrir a votação pelo painel eletrônico, Renan Calheiros disse que nesse processo o Senado se pautou pela responsabilidade que as circunstâncias impõem, observou que a história fará suas interpretações sobre o momento e afirmou que caberá ao povo brasileiro a palavra final.

Vicentinho faz hoje comunicado oficial a Michel Temer

Após a votação do impeachment, o presidente Renan Calheiros comunicou que a presidente Dilma Rousseff deve ser notificada do afastamento das funções já na manhã de hoje pelo primeiro-secretário da Mesa do Senado, Vicentinho Alves (PR-TO). Logo após, ele deve comunicar também Michel Temer, que deve assumir como presidente em exercício.

A partir do recebimento da notificação, está instaurado o processo de impedimento por crime de responsabilidade, ficando a presidente suspensa das funções até a conclusão do julgamento no Senado ou até o fim do prazo de 180 dias.

Nesse período, Dilma Rousseff poderá usar a residência



Vicentinho Alves é responsável por entregar notificação à presidente

oficial, contar com segurança pessoal, assistência à saúde, transporte aéreo e terrestres, remuneração e equipe a serviço do gabinete pessoal da Presidência da República.

Se o impeachment for aprovado, a presidente perderá o

cargo e ficará inabilitada por oito anos para o exercício de função pública. A aprovação do impeachment precisa do apoio de 54 senadores, dois terços dos parlamentares da Casa. Depois disso, o presidente do STF lavra a sentença e o processo é encerrado.

No mandado de intimação, Renan Calheiros lembra que a Câmara autorizou a instauração do processo no dia 17 de abril e que o Senado admitiu o seu prosseguimento em sessão iniciada no dia 11 de maio e encerrada na manhã de hoje.

Durante os trabalhos da Comissão Especial do Impeachment, 11 pessoas foram ouvidas em mais de 60 horas de trabalho que mobilizaram a atenção da sociedade.

Rose de Freitas diz ser hora de “passar a limpo” o país

Para Rose de Freitas (PMDB-ES), este é o momento de “passar a limpo” o país, não devendo a crise servir de argumento para omissão e indiferença diante das dificuldades enfrentadas pelos brasileiros. Uma mensagem da senadora, que está de licença médica, foi lida por Renan Calheiros antes da votação dos senadores.

“Só sairemos desta crise juntos, de mãos dadas com o povo e com a consciência

cívica, passo a passo, ombro a ombro, com respeito aos direitos e às instituições”, afirmou.

Na sexta-feira, a senadora sentiu-se mal no Senado e foi encaminhada ao Instituto de Cardiologia do Distrito Federal. Depois, seguiu para mais exames em um hospital de São Paulo. Ainda na sexta, os exames revelaram que Rose sofreu uma isquemia transitória, popularmente conhecida como ameaça de AVC (acidente vascular cerebral).



Senadora, que sofreu ameaça de AVC semana passada, comparece à sessão



“Presidente do Congresso deve ter relação de independência com o Executivo”

Renan garante que não participará da formação do governo provisório

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que não tomará parte no governo de Michel Temer. Ele garantiu que manterá “a mesma atitude de sempre, que é uma relação de independência e harmonia” com o Executivo.

— Não vou participar do governo. Eu acho incompatível um presidente do Congresso Nacional participar da formação do governo — assegurou.

Renan também disse que não conversou com Dilma Rousseff ontem, mas que pode fazê-lo a qualquer momento, uma vez que tem uma boa relação com ela.

Responsabilidade

Ao abrir a votação, Renan conclamou os membros da Casa por equilíbrio, bom senso e responsabilidade no

atual momento de crise.

— Se sairmos daqui com cada senador, para além das nossas diferenças, que são muitas, apertando as mãos de cada outro senador, estaremos cumprindo nosso papel perante a história e agigantando o Senado como uma das mais acreditadas instituições brasileiras.

A sessão foi suspensa duas vezes por Renan, para que os senadores pudessem descansar. Cada um dos 71 inscritos teve direito a 15 minutos para se manifestar antes da abertura do processo de votação. Iniciada às 10h, com uma hora de atraso, a reunião foi interrompida pela primeira vez às 12h30 após a fala de cinco senadores, e pela segunda vez pouco após as 18h, antes que o 23º orador fosse à tribuna.

Anastasia: indícios para processo são cristalinos

Marcos Oliveira/Agência Senado



Anastasia explica que Constituição prevê afastamento provisório de Dilma

Relator da Comissão Especial do Impeachment, senador lembrou que agora começa a fase probatória para avaliar se denúncias contra a presidente Dilma se confirmam como crimes de responsabilidade

DEPOIS DE QUASE 21 horas de sessão plenária, Antonio Anastasia (PSDB-MG) resumi na madrugada de hoje os argumentos contidos no relatório que ele apresentou à Comissão Especial do Impeachment. O parecer é favorável à abertura do processo de impedimento da presidente da República, Dilma Rousseff.

— Me parece que estão presentes, de maneira cristalina, os elementos necessários, os indícios suficientes, não para condenação, que ainda não se cogita disso, mas para abrirmos o processo e, ao longo dos próximos meses, para

que possamos discutir, com calma e com base nas provas, a ocorrência ou não dos crimes de responsabilidade — afirmou o senador.

Conforme Anastasia, o relatório confirma que a denúncia contra Dilma Rousseff reúne todos os aspectos formais necessários ao pedido de impeachment, como pressupostos processuais e justa causa.

— Ainda não há condenação, ainda não se discute a ocorrência ou não do crime de modo definitivo. O afastamento provisório da presidente decorre do artigo 86 da Constituição, com o propósito

de que, no andamento da investigação, não haja interferências ou intervenções — observou Anastasia, ao defender a admissibilidade do impeachment e o consequente afastamento da presidente da República.

Provas

Ele lembrou que, aprovada a tramitação, o Senado passará à fase probatória do processo, na qual os senadores poderão avaliar se a denúncia de pedaladas fiscais e decretos de créditos suplementares sem a autorização do Congresso Nacional se enquadram como crimes de responsabilidade.



Janete de Araújo/Agência Senado

Para Telmário, está em curso um "golpe branco"

Telmário Mota (PDT-RR) disse que está em curso um "golpe branco", sem "armas de fogo", mas com "acordos, oportunismos, conchavos e traições". Ele criticou o "ódio e o revanchismo" da oposição, sobretudo do PSDB e de Eduardo Cunha, que "não respeitaram as urnas".

— A presidenta não roubou, não desviou dinheiro e não cometeu crime de responsabilidade.



Jefferson Ruelly/Agência Senado

Há crime, mas PT não é corja, avalia Sérgio Petecão

Na avaliação de Sérgio Petecão (PSD-AC), Dilma Rousseff enfrenta o atual processo de impeachment por ter cometido crime de responsabilidade fiscal.

Mas o senador disse discordar que quem chama o PT de "corja", pois, segundo ele, o partido reúne pessoas que se preocupam com o país.

— Não é desse tipo de política que o Brasil precisa. A população está preocupada — disse.



Janete de Araújo/Agência Senado

Dário ressalta que ninguém está acima da lei

Favorável à admissibilidade do impeachment, Dário Berger (PMDB-SC) avaliou que "é chegada a hora de decisões corajosas em favor do povo brasileiro". Para ele, Dilma descumpriu a Constituição.

— Ninguém está acima da lei, muito menos quem deve dar exemplo. Mas não há como ficar indiferente a tudo o que aconteceu na vida política e econômica do país — disse o senador.

Segundo Simone, mudança fará país voltar a crescer

O impedimento da presidente Dilma representará a transposição de barreiras que impedem o desenvolvimento do país, disse Simone Tebet (PMDB-MS). Para ela, a mudança de governo é necessária para que o país possa retomar o crescimento, conter a inflação e gerar empregos.

— Há um muro grande a separar o povo brasileiro de seu futuro e é esse muro que venho a partir de hoje derrubar.



Jefferson Ruelly/Agência Senado



Janete de Araújo/Agência Senado

É preciso passar Brasil a limpo, propõe Cristovam

Depois de lembrar que há mais de 50 anos esteve entre os estudantes que defenderam o governador Miguel Arraes (1916-2005), durante o golpe de 1964, Cristovam Buarque (PPS-DF) disse que com a mesma convicção votará pela abertura do julgamento da presidente Dilma.

Para ele, a admissibilidade do processo será a oportunidade para debater a crise brasileira "em toda a sua profundidade".

Direitos sociais vão retroceder, diz Ângela Portela

Ângela Portela (PT-RR) lamentou o afastamento da presidente Dilma com a admissibilidade do impeachment. A senadora declarou voto contrário ao prosseguimento do processo e disse que o novo governo vai retroceder em matéria de direitos sociais.

— Estaremos afastando um projeto generoso de redesenho da sociedade. É um projeto que prevê crescimento econômico com justiça.



Jefferson Ruelly/Agência Senado



Belo Barreto/Agência Senado

Agripino: deficit é exemplo de irresponsabilidade

José Agripino (DEM-RN) citou o deficit de quase R\$ 120 bilhões nas contas do governo em 2015, ante uma previsão inicial de superavit de R\$ 55 bilhões, como exemplo da irresponsabilidade da presidente Dilma.

Segundo ele, o governo precisou de última hora pedir mudança da meta fiscal para pagar as pedaladas e "impôs ao Congresso votar uma sujeira, que foi uma arrumação da cena do crime".



Belo Barreto/Agência Senado

"Lassidão fiscal" arruinou país, afirma Maranhão

Para José Maranhão (PMDB-PB), a inflação, o desemprego e a precarização ainda maior da saúde e da educação tiveram origem na "lassidão fiscal" que agora provoca a queda de Dilma.

Segundo o senador, essa mesma crise tem sido o combustível do descontentamento popular, o que fez com que a maioria do povo apoie o impeachment. Ele criticou as ideias de viés parlamentarista.



Belo Barreto/Agência Senado

"Afastar Dilma é cassar soberania do voto", diz Viana

O país vive uma situação de anormalidade institucional, segundo Jorge Viana (PT-AC).

Ele apelou para que o Senado "não apoie um golpe" e tenha uma atitude que, a seu ver, esteja à altura dos 190 anos de história da instituição.

— Não é justo fazer o que estão tentando fazer com a democracia brasileira. Não estão cassando a presidenta Dilma, estão cassando a soberania do voto popular.

Para Gurgacz, é preciso virar a página da crise

Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou o voto pela admissibilidade do processo de impeachment e afirmou que o Senado, junto com o Supremo Tribunal Federal, precisa trabalhar duro, assegurando o direito de defesa da presidente e julgando com calma e critérios técnicos, para que seja possível "virar a página da crise". O senador disse ainda que o povo quer mudança, com as reformas tributária e política.



Moreira Maniz/Agência Senado



Belo Barreto/Agência Senado

Presidente não cometeu crime, reafirma Fátima

Declarando voto contrário, Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que os "golpistas" usaram de todos os artifícios para cobrir com "manto da legalidade" o que seria um golpe de Estado.

A senadora defendeu Dilma, garantindo que ela não cometeu crime de responsabilidade e afirmou que o impeachment é apenas "a fantasia que oculta um projeto político derrotado nas eleições".

Povo brasileiro quer respeito, alerta Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que a presidente Dilma violou a lei orçamentária ao abrir créditos suplementares sem autorização. Ele afirmou que há um crescente descaso com a população.

O senador ressaltou que o brasileiro demanda "respeito ao suor de seu trabalho" e espera que, uma vez aprovado o impeachment, as pedaladas fiscais não mais se repitam.



Jefferson Ruelly/Agência Senado

Para Cardozo, decisão é “injustiça histórica”

No Plenário, advogado-geral da União afirmou que acusações que constam do processo de impeachment são improcedentes e que se está condenando uma mulher “honesta e inocente”

NO PLENÁRIO, O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, afirmou que a presidente Dilma Rousseff está sendo punida por razões políticas, visto que não há crime de responsabilidade:

— A simples leitura do relatório do senador Anastasia mostra que os fatos foram encaixados para se justificar uma vontade política de afastamento da presidente.

Ele explicou que a abertura dos créditos suplementares foram para o envio de verbas para Polícia Federal, Poder Judiciário e Ministério da Educação e lembrou que Fernando Henrique Cardoso assinou 101

decretos semelhantes sem ser punido pelo Tribunal de Contas da União.

— Desafio qualquer um a ler o relatório e apontar onde está demonstrada relação de causa e efeito entre decretos de suplementação e rompimento de meta fiscal. A queda da receita é que sinalizou que a meta fiscal não seria atendida. Não houve, portanto, ilícito. E, mesmo assim, a meta fiscal não foi ferida, pois o Congresso a alterou, como todos os governos, aliás, fazem.

Cardozo negou que os atrasos de repasses a bancos públicos fossem empréstimos:

— Atrasar pagamento é em-

préstimo? Tanto no caso dos decretos quanto no das pedadas, o TCU admitia aquilo. Mudou de opinião depois e o governo passou a seguir o novo entendimento. Está-se punindo a presidente por algo retroativo.

Segundo ele, o processo só foi aberto por vingança do presidente afastado da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

— Está sendo condenada uma mulher honesta e inocente. Injustiça histórica. A história escreverá o que aconteceu e, quando meus netos perguntarem de que lado estava, direi que fiz o possível para defender a democracia e a Constituição.



José Eduardo Cardozo defende presidente pouco antes de os senadores votarem

Para Aécio, Dilma provocou desastre econômico

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que as violações à Lei de Responsabilidade Fiscal justificam o impeachment de Dilma. Para o senador, os atos deliberados da presidente geraram instabilidade no país e um descontrole que resultou na maior recessão econômica da República.

Ele pediu atenção à voz das ruas, e disse que os brasileiros se manifestaram contra o desprezo à verdade e à ética.



Jefferson Ruy/Agência Senado



Beto Barreto/Agência Senado

Wilder considera que a população rejeita Dilma

Para Wilder Moraes (PP-GO), o Brasil vive uma grave crise política, econômica, de confiança e de representatividade.

O senador defendeu uma série de reformas, apontou a fragilidade fiscal do país e anunciou voto pela admissibilidade do impeachment. Ele também disse ter confiança em um governo de Michel Temer.

— A maioria da população rejeita Dilma como governante — afirmou.

Alvaro: “Governo é um desastre administrativo”

Para Alvaro Dias (PV-PR), Dilma feriu de forma visível os alicerces básicos da Lei de Responsabilidade Fiscal, cometendo, assim, crime de responsabilidade.

O senador definiu o governo de Dilma como “desastre administrativo” e criticou a sequência de denúncias de corrupção. Na visão do senador, o impeachment do PT deveria ter ocorrido em 2005, época do escândalo do mensalão.



Beto Barreto/Agência Senado



Jefferson Ruy/Agência Senado

Moka: fraudes aprofundaram crise econômica

Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que está convicto da existência de elementos suficientes para a abertura do processo contra Dilma. Para ele, as irregularidades fiscais do governo começaram em 2013 e acabaram por influenciar o resultado das eleições de 2014.

— Essas fraudes são responsáveis pelo aprofundamento da crise econômica. É um governo negligente.

Segundo Requião, não há crime de Dilma Rousseff

Ao declarar voto contrário à abertura do processo, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que o impeachment está sendo usado como “uma espécie de referendo revogatório ou recall parlamentar”, instrumentos que não existem na legislação brasileira.

— É evidente que esse crime não ocorreu. E se tivesse ocorrido, teria também em 16 estados, inclusive em Minas Gerais, estado do relator.



Beto Barreto/Agência Senado



Beto Barreto/Agência Senado

Crivella: Senado deve apurar indícios de crime

“Se de um lado não resta dúvida de que a presidente é honesta e tem relevantes serviços prestados ao país, também não resta dúvida de que há indícios de crimes de responsabilidade, além da grave crise econômica, política e social.”

A avaliação é de Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao frisar que o impedimento não representa a condenação antecipada de Dilma, mas confiança no julgamento do Senado.

Randolfe defende nova eleição para solução de crise

O PT e o PMDB são “irmãos siameses da crise e faces da mesma moeda”, disse ontem Randolfe Rodrigues (Rede-AP), para quem a deposição de Dilma Rousseff não será suficiente para debelar a crise por que passa o país.

A solução, de acordo com o senador, seria a convocação de novas eleições para presidente e vice-presidente da República pela Justiça Eleitoral.



Beto Barreto/Agência Senado



Moreira Mariz/Agência Senado

Lasier aponta negligência com quem roubou

Lasier Martins (PDT-RS) avaliou que Dilma Rousseff cometeu crimes políticos e administrativos. Segundo o parlamentar, ela não roubou pessoalmente, mas foi negligente em relação àqueles que roubaram e manteve “vínculos comprometedores”.

— Dilma aniquilou a economia nacional. Não tem credibilidade, não tem apoios no Congresso Nacional, não tem planos, só coleciona deficits.

“Injustiça com o povo brasileiro”, avalia Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou a admissibilidade do impeachment uma “injustiça com a história e com o povo brasileiro”. Ela classificou de fraca a denúncia contra Dilma.

— Estamos diante de uma afronta à Constituição e ao estado democrático, um verdadeiro golpe destinado a atender a interesses pouco republicanos, de uma elite inconformada com o resultado das urnas.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Reguffe: gastar mais do que arrecada é crime

Reguffe (sem partido-DF) anunciou voto a favor da abertura do processo de impeachment, porque, segundo ele, Dilma cometeu crime de responsabilidades, conforme a Constituição.

— O governo não pode gastar mais do que arrecada, porque quem paga o preço é o contribuinte, com aumento de impostos para cobrir o déficit. E é esse contribuinte que eu represento nessa Casa — afirmou o senador.

Hélio José afirma compromisso democrático

Para Hélio José (PMDB-DF), o compromisso democrático deve prevalecer sobre as opiniões pessoais na hora de decidir sobre a admissibilidade de impeachment. Ele afirmou que, após ouvir as alegações da acusação e da defesa, conseguiu tomar sua decisão pela admissibilidade.

— Convenceu-me a grande força jurídica do relatório do senador Antonio Anastasia.



Beto Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Temer possui legitimidade para assumir, diz Cássio

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afirmou que Michel Temer tem legitimidade para assumir a Presidência da República, uma vez que recebeu os mesmos 54 milhões de votos de Dilma Rousseff.

Para ele, “a presidente promoveu a maior fraude fiscal já vista no país”.

— Está nítido para a população que foi a irresponsabilidade dela que empurrou o Brasil para o grave quadro atual.

Último processo de impedimento ocorreu em 1992

Deputados e senadores julgaram Fernando Collor, que renunciou ao mandato pouco antes da contagem de votos no Senado. Posteriormente, ele foi inocentado pelo STF

DEPOIS DE 23 anos, os senadores voltam a decidir sobre a acusação de crime de responsabilidade contra um presidente. A última vez foi

em 1992, quando Fernando Collor sofreu o impeachment. Em 29 de setembro, os deputados autorizaram o Senado a instaurar o processo. No dia

30, o processo chegou ao Senado. Em 2 de outubro, Collor recebeu o comunicado de que deveria se afastar. A chefia do país ficou a cargo do vice, Ita-

mar Franco. O julgamento final no Senado aconteceu em 29 de dezembro. Antes do início da contagem de votos, o advogado de Collor entregou a carta de

renúncia do presidente, mas a sessão foi mantida. Ele depois foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por falta de provas.

Regina aponta conspiração para derrubar Dilma

“A conspiração para derrubar Dilma começou a tomar forma três meses após a posse”, segundo Regina Sousa (PT-PI). Ela elencou ações da oposição para paralisar o país, como atraso na votação da lei orçamentária e vazamentos seletivos da Operação Lava Jato.

— O grupo conspirador é liderado pelo deputado Heráclito Fortes [PSB-PI] e teve o ex-ministro do STF Nelson Jobim como um dos agente jurídicos.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Beto Barreto/Agência Senado

Collor destaca presidencialismo “em ruínas”

Fernando Collor (PTC-AL), que em 1992 perdeu a Presidência em processo de impeachment, avaliou o presidencialismo como um “sistema em ruínas”. Disse que seu processo foi mais rápido que o de Dilma, o que limitou o direito de defesa, e lembrou que, posteriormente, foi inocentado pelo STF.

Para o senador, a presidente demonstrou “irresponsabilidade pelo desleixo com a política”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Armando critica ruptura da ordem institucional

Armando Monteiro (PTB-PE), que exerceu até 10 de maio o cargo de ministro do Desenvolvimento, classificou o impeachment como abertura de “gravíssimo precedente” de ruptura na ordem institucional.

Ele rejeitou as acusações de crime de responsabilidade e afirmou que Dilma é submetida a um juízo eminentemente político, permitido por uma legislação inadequada às circunstâncias de hoje.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Raupp pede retomada do crescimento

Valdir Raupp (PMDB-RO) confirmou apoio ao afastamento de Dilma Rousseff. Ele lamentou a crise política e o aumento do desemprego. Para o senador, o próximo governo terá um grande desafio pela frente, mas o vice-presidente, Michel Temer, tem capacidade para tanto.

— Entre tantos desafios, o Brasil precisa retomar o crescimento econômico e o desenvolvimento social.



Beto Barreto/Agência Senado



Beto Barreto/Agência Senado

Bauer ressalta cumprimento de trâmites legais

Paulo Bauer (PSDB-SC) afirmou que a presidente da República descumpriu a Lei Orçamentária e desrespeitou a Constituição, caracterizando o crime de responsabilidade.

O senador destacou que a Câmara e Senado estão seguindo todos os trâmites legais no processo.

— Impeachment não é golpe, não, é um mecanismo legal e constitucional.

Para Cameli, ações são proibidas pela Constituição

Gladson Cameli (PP-AC) disse que Dilma é acusada de a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e a contratação ilegal de operações de crédito com bancos públicos.

— Esses atos mostraram sérios indícios de graves e repetidos atentados a princípios da Constituição, elementos imprescindíveis da boa governança e da democracia — disse.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Garibaldi propõe discussão de reforma política

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que, depois de “exaustivas reuniões na comissão especial”, em que foram ouvidos juristas, especialistas e mestres, ficou convencido de que há “consistentes indícios” de que Dilma atentou contra a Constituição.

O senador pediu que agora o Senado, o Congresso e a sociedade se debrucem sobre a discussão de uma reforma política.

Segundo Omar, faltou honestidade com a população

Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que Dilma errou ao não falar a verdade para a população logo após a eleição de 2014. Na opinião do senador, se a presidente tivesse sido honesta com a população sobre a situação financeira do país naquele momento, não estaria enfrentando toda essa crise neste momento.

— O povo é bom, o povo é compreensivo, teria entendido — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Valadares: apesar do avanço social, houve crime

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu o impeachment, pois, segundo ele, a denúncia traz indícios de ilegalidades praticadas por Dilma. Ele reconheceu os avanços do governo Lula, mas fez críticas à gestão de Dilma.

— O PSB sempre agiu com responsabilidade e vai trabalhar para que esse processo seja conduzido com respeito aos princípios constitucionais — declarou.



Beto Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Processo foi urdido por vingança, afirma Lídice

O momento atual é grave, pois o Senado pode afastar uma presidente eleita por 54 milhões de votos, disse Lídice da Mata (PSB-BA). Segundo ela, o que menos se ouve é a comprovação dos crimes atribuídos a Dilma. Lídice afirmou que o impeachment é “político e contaminado por ter sido urdido por gesto de vingança pessoal de Eduardo Cunha, em flagrante desvio de finalidade.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso agora deve estudar reforma política

Segundo presidente do Senado, reformas estruturantes, incluindo financiamento eleitoral, são urgentes. Renan também disse que Lei do Impeachment precisa ser atualizada

POUCO ANTES DO início da sessão iniciada ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a realização de uma reforma política que garanta maior estabilidade para o país.

Ele disse que o Congresso Nacional deverá apoiar a realização de “reformas estruturantes” no governo de Michel Temer.

— É fundamental o Legislativo cumprir seus compromissos com o Brasil e fazer as reformas. Não fizemos reformas institucionais, principalmente a reforma política e a do financiamento de campanhas eleitorais. Se não fizermos a reforma política e

não atualizarmos a Lei do Impeachment, vamos ter vários eventos semelhantes a esse na nossa história — advertiu Renan.

O presidente do Senado disse que em todos os momentos torceu para que o pedido de impeachment não chegasse ao Senado, por ser um processo “longo e traumático”.

Para ele, a atual crise política demonstrou mais uma vez as falhas do regime presidencialista. Por isso, declarou-se “cada vez mais parlamentarista”.

Renan anunciou ainda que não votaria na sessão iniciada ontem nem na sessão de

juízo final do processo de impeachment.

— O presidente do Senado não deve votar em nenhuma circunstância. Estou lutando

para manter a independência, a isenção e a imparcialidade. Votar seria negar tudo isso que fiz até agora — argumentou Renan.

O senador informou que faria a citação de Dilma Rousseff e que conversaria com ela sobre os detalhes dos procedimentos necessários.

Governistas apresentaram cinco questões de ordem

A primeira hora da sessão foi dominada por cinco questões de ordem apresentadas por senadores governistas.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) solicitou suspender a sessão até que o mandado de segurança impetrado pela Advocacia-Geral da União (AGU) para anular atos de Eduardo Cunha na Presidência da Câmara fosse julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— O discurso do conjunto da obra que tanto ouvimos durante esse processo serve a uma farsa histórica. Nenhum outro presidente será medido pela mesma régua que Dilma — disse a senadora.

Os governistas alegaram ainda a suspeição do relator do processo, Antonio Anastasia (PSDB-MG), apontaram irregularidade formal no processo e pediram a suspensão

do procedimento até análise das contas de Dilma de 2015.

Renan rejeitou os questionamentos, citando decisões anteriores da Comissão do Impeachment e a legislação pertinente ao processo. Líderes da oposição reclamaram do espaço dado a questões já deliberadas antes. Ainda ontem foi divulgada decisão do ministro Teori Zavascki, do STF, negando recurso da AGU.

Dilma foi vítima de manobras políticas, diz Otto

Otto Alencar (PSDB-BA), contrário à admissibilidade do pedido de impeachment, defendeu a tese de que Dilma Rousseff foi vítima de manobras da Câmara. Ela não conseguiu “romper o cerco”, que impediu o avanço de reformas e a aprovação de projetos importantes. Otto lembrou que erros políticos e administrativos são comuns, mas que Dilma “não cometeu nenhuma falha moral”.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Jefferson Rully/Agência Senado

Lindbergh: maior derrotado no processo é o PSDB

As elites nunca tiveram compromisso democrático. A constatação é de Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele lembrou frase de Carlos Lacerda sobre Getúlio Vargas: “Não pode ser candidato. Se for, não pode ser eleito. Se eleito, não pode tomar posse. Se tomar posse, não pode governar”.

Lindbergh reforçou que o processo não passa de um “golpe parlamentar” e para ele, o maior derrotado é o PSDB.

Paulo Rocha lembra que Lava Jato não cita Dilma

A Operação Lava-Jato está sendo usada para criminalizar a política e quem ocupa o poder, e como instrumento de disputa partidária, disse Paulo Rocha (PT-PA).

— Dilma não cometeu crime de responsabilidade, mas isso não interessa aos defensores do impeachment. Quem mais perderá, na realidade, serão as nossas instituições. Será a integridade da nossa Constituição. Será a democracia — avaliou.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Beto Barata/Agência Senado

Maria do Carmo pede retomada do progresso

Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ressaltou a situação de fragilidade do governo e disse que o país está paralisado.

A senadora, que retornou esta semana à Casa, após se afastar para exercer o cargo de secretária de Família e Assistência Social na Prefeitura de Aracaju, disse que é hora de corrigir constitucionalmente os erros do governo e retomar o progresso e o crescimento econômico.

Tasso aponta fracasso de modelo político

Tasso Jereissati (PSDB-CE) apontou o fracasso do modelo político do país, que vive crise de representatividade. O maior desafio será a construção de um novo modelo. Ele afirmou que Dilma “não apenas cedeu ao sistema, mas tirou benefício dele, mentindo para o povo com a única intenção de manter-se no poder a qualquer custo”. Para Tasso, as pedaladas fraudaram as contas públicas.



Beto Barata/Agência Senado



Beto Barata/Agência Senado

Wellington pede mudanças política e tributária

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que a reforma política é a “mãe de todas as reformas” e que contará com o apoio popular. Classificou as alterações nas legislações tributária e trabalhista como “indispensáveis”. Ele ressaltou a importância de rever a partilha dos recursos federais para atender principalmente as prefeituras que vivem à míngua e sem condições de prestar serviços essenciais à população.

Gleisi condena processo “sem provas de crime”

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que não há provas de qualquer crime de responsabilidade praticado pela presidente Dilma. O processo de impeachment, acrescentou, configura um instrumento concebido para cancelar o resultado das eleições presidenciais.

Para ela, Dilma ousou no combate à corrupção, dando autonomia de investigação à Polícia Federal, ao Ministério Público e ao Judiciário.



Beto Barata/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Flexa, governo do PT desrespeita povo

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) destacou “o desrespeito do governo do PT para com o povo brasileiro”. O senador ressaltou que o Partido dos Trabalhadores se negou a assinar a Constituição federal de 1988 e também a Lei de Responsabilidade Fiscal.

— Parece que àquela altura já sabiam que no DNA tinha a condição de não cumprir aquilo que não quiseram assinar — disse.

Para Paim, houve golpe contra a democracia

Em um discurso emocionado, Paulo Paim (PT-RS) criticou o processo para afastar de “forma truculenta” uma presidente que foi eleita pelo voto popular. Para o senador, o impeachment atenta contra a democracia.

— Eu não consigo de jeito nenhum aceitar o que está acontecendo. A democracia é a causa que dirige a liberdade, a igualdade, a justiça e os direitos humanos.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Senso de justiça prevaleceu, diz Roberto Rocha

O processo de impeachment é político, apesar de estar amparado por aspectos jurídicos, afirmou Roberto Rocha (PSB-MA). O senador se declarou favorável à admissibilidade do impedimento e disse que tomou a decisão após um minucioso estudo sobre os aspectos legais da denúncia. Acrescentou esperar que o Congresso conduza o processo de forma límpida e animado pelo senso de justiça.

Blairo afirma que governo é cadáver insepulto

Blairo Maggi (PR-MT) disse que defende a possibilidade de um impeachment por considerar o governo federal um cadáver insepulto. Para ele, a crise econômica é uma das mais fortes razões para o apoio popular ao afastamento de Dilma Rousseff.

O senador refutou as afirmações de parlamentares do PT segundo as quais os favoráveis ao impedimento são contra os trabalhadores.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Donizeti compara situação à de outros presidentes

Donizeti Nogueira (PT-TO) descreveu decisão de afastar a presidente Dilma Rousseff como “o ápice de uma conspiração engendrada pelo vice-presidente da República, auxiliado por ex-ministros do governo”. Ele apontou ainda uma colaboração de derrotados nas eleições de 2014.

Donizeti comparou a situação de Dilma àquelas vividas por outros presidentes: Getúlio, Juscelino e João Goulart.

“O Senado se pautou por isenção e equilíbrio”

Ao abrir a votação da admissibilidade do processo de impeachment, Renan Calheiros ressaltou a condução com respeito à Constituição. Veja a íntegra do discurso:

EU GOSTARIA DE reiterar aos senadores e às senadoras, e especialmente à nação, que este Senado da República, umas das mais antigas instituições brasileiras, se pautou, neste processo, pela isenção, pelo equilíbrio e pela responsabilidade que as circunstâncias impõem.

Em nenhum momento, relevando sempre o traço nervoso e ligeiro do noticiário, que às vezes não dispõe de tempo para reflexão, esta presidência jamais foi modulada por partidos ou posições políticas, e eventuais interpretações, muitas delas precipitadas em relação à predileção desta Presidência.

A história, como os senadores sabem, é aberta, plural e permitirá muitas interpretações. É a história, definitivamente, vai fazer as suas interpretações.

Como parte da minha responsabilidade institucional, recebi, ao longo dos dias, argumentos de ambos os lados — como se sabe, conflitantes —, exatamente como se porta um magistrado, função da qual não posso e não vou me esquivar. Ouvimos partes que defendem interesses contrários e caberá, como sabe o povo brasileiro, a este colegiado a palavra final.

Atuamos, neste dramático processo, neste longo, neste penoso processo, devotados à Constituição federal, aos acórdãos da

Suprema Corte brasileira, às leis escassas que regulamentam o tema e ao precedente de 1992. Nossos únicos faróis foram os diplomas legais, e não as preferências pessoais. É claro que eu e todos nós, senadores e senadoras, temos as nossas preferências pessoais.

Aqui, sob a nossa presidência, a voz da oposição foi sagrada, como também foi o direito ao contraditório e ao amplo direito de defesa. Adoto como prática o hábito de ouvir críticas. A Presidência do Senado Federal se portou, em todos os momentos, pelo equilíbrio institucional e pela normalidade para ultrapassarmos, sem sobressaltos, esse gravíssimo quadrante da vida nacional que assombrou o país, alvoroçou segmentos políticos, criou conflagração na sociedade e derreteu uma das economias mais pujantes do planeta.

Fomos ágeis, senhores senadores, quando a circunstância demandava, e ponderados, quando a lei exigia. Também soubemos ser enérgicos diante da tentativa de burlar a democracia com artifícios inconsistentes e explosivos. Soubemos agir e nisso agradeço mais uma vez a todos os senadores e a todas as senadoras, quando tentaram transformar uma centelha em um incêndio de grandes proporções.

Tenho absoluta convicção de que este

Senado da República, inspirado pelos mais sagrados fundamentos democráticos, estará dando as respostas adequadas na velocidade que a sociedade nos impõe, sem açodamentos, sem delongas. Está na memória de todos e, portanto, disponível para o registro histórico, os sucessivos apelos que esta Presidência fez pelos princípios da legalidade, da independência dos Poderes e dos limites de cada uma das nossas instituições.

A nação passa por um período delicado de sua história. O momento impõe a todos, especialmente aos homens públicos, serenidade, equilíbrio, bom senso, responsabilidade e, sobretudo, respeito à Constituição. As instituições devem guardar os limites de suas atribuições legais, e quaisquer excessos, politizações ou radicalizações, independentemente da origem, serão um desserviço ao país e à construção da democracia. Valores absolutos do Estado democrático de direito — independência dos Poderes, liberdades e garantias individuais e coletivas, liberdade de expressão —, conquistados tão dolorosamente, precisam mais do que nunca ser reiterados.

Os vetores autoritários, os rancos mes-siânicos estão, a todo instante, testando o Brasil e sua jovem democracia. Sabemos e

haveremos de repetir que o Brasil e nossa sociedade estarão sempre acima desses interesses, alguns deles camuflados em mantos democráticos.

Igualmente este Parlamento, dentro do eterno jogo de transferência de responsabilidades, não pode ser responsabilizado por eventuais insucessos desse ou daquele segmento.

Cada qual terá de responder perante a história por sua parte de acerto ou erro neste processo. A lei de 1950, reitero, tem sido fator recorrente de crises. Inegavelmente anacrônica, a legislação precisa ser aprimorada, precisa ser modernizada. Temos de fazer leis que apontem segurança jurídica, protejam contratos, estabeleçam rotinas, e não instrumentos permanentes de instabilidade. Também precisamos, de uma vez por todas — e essa é nossa obrigação —, entregar ao país uma reforma política e a revisão do sistema de governo.

O sistema político eleitoral partidário, fragmentário, praticamente forja crises diárias no presidencialismo, que morre a cada dia no precário modelo de coalizão. Um presidencialismo que, antes de ser chamado de coalizão, é, sem dúvida nenhuma, um sistema de permanente colisão. O sistema político eleitoral partidário atual do Brasil

é um conjunto de cheques pré-datados de crise: ou mudamos este modelo arcaico, enrugado, viciado, fomentador de incertezas, ou estaremos assinando a ruína das nossas instituições e das nossas biografias. Quem pode, nos dias atuais, senhores senadores, senhor ministro, recusar essas mudanças fundamentais e insubstituíveis?

Cumpro, nesta Presidência, meu esforço, mas tenho consciência de que o meu papel, todos os papéis são difíceis, mas o meu talvez seja o mais difícil, que é pregar o equilíbrio, o bom-senso, a responsabilidade. Todos os senadores também aqui, nesta sessão, fizeram isso. Neste momento de crise, neste momento de impasse, neste momento de histerismo, de ódio, de corporações autônomas, de grupos, de seitas, de fanatismo, o papel do Senado Federal se agiganta.

Que Deus nos ilumine a todos, para que daqui, nesta noite, que a história registrará, saia a melhor, a mais madura decisão com relação à admissibilidade ou à inadmissibilidade da senhora presidente da República. Se sairmos daqui com cada senador, para além das suas diferenças — que são muitas —, apertando as mãos de cada outro senador, estaremos cumprindo o nosso papel perante a história e agigantando o Senado como uma das mais acreditadas instituições brasileiras.

Pimentel diz que parecer de jurista foi comprado

José Pimentel (PT-CE) defendeu Dilma, afirmando que não existe crime e que a oposição insiste na tese de “conjunto da obra”.

Acrescentou que o processo nasceu de parecer comprado de Janaina Paschoal e inicialmente considerado “inaceitável” pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.



Belo Barreto/Agência Senado



Belo Barreto/Agência Senado

Pinheiro: Temer também faz parte do governo Dilma

Walter Pinheiro (sem partido-BA) se disse contrário ao processo de impeachment e afirmou que Dilma é condenada antes do julgamento:

— A admissibilidade transformou-se num estágio de julgamento. O que vamos votar não é a abertura de um processo, mas se vamos condenar um e entregar [o poder] ao outro.



Belo Barreto/Agência Senado



Belo Barreto/Agência Senado

Processo é constitucional, lembra Serra

“Impeachment não é medida de exceção, é solução constitucional”, defendeu José Serra (PSDB-SP). O senador disse que o impedimento é um “remédio amargo”, mas necessário:

— São os fatos, e não a astúcia de seus opositores, que provocaram a situação de estarmos às vésperas de um impedimento dramático.

Palácio do Jaburu sedia conspiração, critica Humberto

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), afirmou que a elite criou, com o impeachment, um atalho para tomar o poder, pois não consegue superar nas urnas o projeto encabeçado pelo PT que tirou milhões da pobreza. Para ele, é golpe.

— Não se troca um projeto de país por outro como se estivesse negociando uma mercadoria.



Belo Barreto/Agência Senado



Belo Barreto/Agência Senado

País já não suporta a crise, avalia Alcolumbre

Davi Alcolumbre (DEM-AP) afirmou que o país não suporta o retrocesso atual. Medidas emergenciais devem ser tomadas. Ele defendeu o impedimento de Dilma e observou que o descontrole econômico engendrou uma crise generalizada.

— Hoje não é um dia de festa para mim, para o Senado e para o Brasil.

Para Ciro, falta de sustentação derruba governo

Ciro Nogueira (PP-PI) afirmou que o povo é soberano e que o Senado não faz aquilo que o povo não quer. Ao anunciar voto favorável ao processo, ele disse ter tentado chegar a uma solução que preservasse a estabilidade do governo, mas que isso foi inútil.

— A grande e dura realidade é que o governo perdeu sua sustentação.



Belo Barreto/Agência Senado



Belo Barreto/Agência Senado

Cassol afirma que é preciso retomar governabilidade

Ivo Cassol (PP-RO) se disse convencido de que há indícios de crime de responsabilidade praticados por Dilma. Para ele, a presidente perdeu a credibilidade com a opinião pública. Em Rondônia, disse, mais de 80% da população quer a saída de Dilma.

— O Brasil precisa tomar rumo, retomar a governabilidade.

“Há indício a ser investigado”, declara Benedito

Votar pela admissibilidade de que há indícios de crime de responsabilidade contra Dilma não é prejulgamento, mas o reconhecimento de que existem elementos que merecem ser investigados, segundo Benedito de Lira (PP-AL). O senador disse que defende o afastamento para que o Senado possa aprofundar o exame desses indícios.



Belo Barreto/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Jucá compara Brasil a navio prestes a afundar

Romero Jucá (PMDB-RR) comparou o governo ao Titanic prestes a afundar. Segundo ele, Temer tem legitimidade para ser o novo comandante e evitar prejuízos maiores.

— O PMDB e outros partidos viram que não era preciso esperar o Titanic bater no iceberg. Era preciso mudar a rota. Para isso, era preciso mudar o comandante.

Segundo Lobão, Senado analisará argumentos

Edison Lobão (PMDB-MA) disse que votaria pela admissibilidade do processo, e não pelo impeachment. Ele ressaltou que ainda não é possível avaliar o mérito.

— Não vim para tripular sobre uma gladiadora ferida. Vim cumprir um dever constitucional.

Segundo ele, senadores agora avaliarão argumentos de acusação e defesa.



Marcos Oliveira/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lira destaca espírito público dos senadores

Presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB) elogiou o andamento do processo e ressaltou o espírito público dos senadores do colegiado.

— Defini três pontos que balizaram minha tarefa: comportamento suprapartidário, imparcialidade e não permitir que a maioria esmagasse a minoria.